

PRECISAMOS FALAR SOBRE ALUNOS AUTISTAS: A (IN)EXISTÊNCIA DE ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NO NÍVEL SUPERIOR

Ingrid Costa Cardoso¹

Pedro Henrique de Lima²

Marla Vieira Moreira de Oliveira³

RESUMO

Esta pesquisa busca levantar as medidas que as Instituições Superiores tem tomado para a inclusão dos alunos autistas enquanto pessoas com deficiência, tendo como pergunta norteadora quais as estratégias utilizadas nas Instituições Superiores para a inclusão dos alunos autistas? Desde a entrada até a conclusão do curso, a inclusão do aluno autista é assunto que deve permear a graduação, visando não apenas a oportunidade de ingresso, mas a sua permanência, de forma que esta inclusão não se torne exclusão. E esta permanência deve ser de qualidade, garantindo a aprendizagem, ultrapassando, assim, a ideia de integração para a de inclusão, em que aquela exige da pessoa com deficiência esforço para adequar-se, enquanto esta transfere a responsabilidade para a instituição. Nesse contexto, autores como Anache (2018), Pereira (2014) e Sasaki (2005) ressaltam a importância da adoção de estratégias para a inclusão dos alunos autistas, com o viés na Instituição Superior. Este estudo baseia-se na análise de artigos revisados por partes do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), dos últimos 05 anos (2019-2023), com os seguintes descritores: “Inclusão”, “Autismo” e “Educação Superior”, analisados isoladamente e, posteriormente, em conjunto. Através de uma revisão sistemática, foram escolhidos os 50 artigos mais relevantes de cada descritor e da sua análise conjunta, dos quais resultaram 12 artigos elegíveis para esta pesquisa. Os resultados indicam diversas estratégias recomendadas pela literatura científica, incluindo o plano educacional individualizado e relatórios de acompanhamento de núcleos de acessibilidade. Conclui-se que a literatura científica oferece um repertório de estratégias para a educação inclusiva do aluno autista, destacando a importância de ações afirmativas que promovam a qualidade na permanência destes alunos. Entretanto, é necessário fornecer maior conhecimento do assunto perante a comunidade discente e docente, promovendo ações afirmativas dentro da instituição, a fim de garantir inclusão verdadeira no âmbito do nível superior.

Palavras-chave: Inclusão, Autismo, Educação Superior.

INTRODUÇÃO

¹ Advogada. Professora na Faculdade Metropolitana do Cariri. Mestranda em Educação pela Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato, Ceará, Brasil. E-mail: ingridcardosoadvg@gmail.com

² Professor de matemática da Rede Estadual de Educação do Ceará. Mestrando em Educação pela Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato, Ceará, Brasil. E-mail: Pedro.hl@urca.br

³ Professora orientadora. Docente do Mestrado Profissional em Educação – MPEDU pela Universidade Regional do Cariri – URCA, e-mail: marla.vieira@urca.br.



A inclusão é necessária em todos os âmbitos da sociedade. Desta forma, ao ser centralidade na educação, a inclusão se faz necessária para garantir a aprendizagem entre todos os alunos. Há de se observar que o preconceito ainda existe na sociedade que se reflete no capacitismo, que se acaba por considerar a pessoa com deficiência como em um estado inferior do ser humano (Campbell,2008).

Ora, a ausência de promoção de conhecimento sobre o assunto, faz com que o indivíduo permaneça em seu estado de inércia, fazendo com que o desconhecimento seja o elemento perpetuador das atitudes preconceituosas e das ideias estereotipadas em relação à deficiência (Amaral, 1995). E é neste sentido que Buscaglia (2006) afirma que este pensamento gera atitudes que podam e limitam o potencial de atuação dos deficientes, incapacitando-os, muitas vezes, para além do que a própria deficiência faz. Este pensamento permeia o ambiente acadêmico, e, para quebrá-lo, há a necessidade de intervenção institucional com a promoção de divulgação do assunto

Assim, do ponto de vista acadêmico, justifica-se a presente pesquisa na necessidade de adequação institucional quanto aos direitos das pessoas autistas dentro do ambiente acadêmico, bem como na formação docente e gestora em relação a estes casos, de maneira que a Educação Superior seja um alicerce fomentador da educação das pessoas com espectro autista. Com isso, esta pesquisa pode proporcionar análise de estratégias direcionadas à esta população, gerando uma corrente conscientizadora entre todos, como em um mutualismo, em que são plantadas sementes de esperança (Hooks, 2021) .

A pergunta norteadora adotada nesta revisão foi: qual a postura institucional que a Educação Superior tem tomado para permitir a permanência dos alunos com espectro autista? Tendo como objetivo identificar as políticas aplicadas na Educação Superior, no âmbito interno das instituições superiores, que visam a inclusão e permanência dos alunos autistas

Tendo em vistas que a Lei 13.146/2015 (Brasil, 2015) impôs que o nível superior constitui direito da pessoa deficiente, e que, para isso, deve haver políticas de inclusão e permanência, esta pesquisa busca analisar as políticas implementadas pelas instituições de educação Superior para a manutenção dos alunos com transtorno do espectro autista.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), em seu artigo 43 dispõe que é finalidade do ensino superior o estímulo ao pensamento reflexivo, formar diplomados aptos para promover o desenvolvimento da sociedade brasileira. Com fins de democratização da educação superior, necessárias foram a implementação de diversas políticas



públicas que garantissem essa inserção da inclusão no nível superior, como o Decreto 3298 (Brasil, 1999), que aduz ser dever da universidade adequar provas e apoios necessários à pessoa com deficiência.

Ora, grande marco para a pessoa autista, enquanto pessoa com deficiência, foi a edição do Estatuto da Pessoa Com Deficiência (Brasil, 2015), que, em termos de educação, passou a prever que os sistemas educacionais, em todos os níveis, devem garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, visando eliminar as barreiras para que se promova a inclusão plena. Percebe-se que, nas legislações existentes, há uma explanação sobre a cooperação que deve haver entre os entes da administração pública, diretos e indiretos, bem como das entidades privadas, para que se traga eficácia daquilo que já está escrito no papel. Neste sentido, as instituições de nível superior, em sua competência normativa, devem regulamentar a situação do deficiente, de forma a conceder o direito de ser diferente, sendo diferente (Omote, 2004).

Portanto, observa-se, visualmente, uma acessibilidade arquitetônica, aos deficientes físicos. No entanto, busca-se entender se esta adequação está ocorrendo aos neurodivergentes, no caso, aos autistas.

O Transtorno do Espectro Autista é um transtorno resultante da desordem de/no desenvolvimento cerebral, que se desencadeia na deficiência intelectual do indivíduo (Volkmar; Wiesner, 2019). O termo espectro se emprega pelo fato deste transtorno poder manifestar-se de maneiras diferentes em cada indivíduo, não podendo, portanto, ser engessado em determinadas características. Com a classificação do autista como pessoa com deficiência através da Lei 12.764/2012 (Brasil, 2012), muito se vislumbrou um desenrolar de legislação específicas que buscam trazer uma equidade material à estas pessoas.

É historicamente comprovado que o preconceito com os deficientes os tornaram invisíveis (Orrú, 2015), portanto, as instituições têm o dever de promover ações afirmativas para que, aqueles que outrora eram tido por incapazes, conquistem o seu espaço em condições de igualdade com todos. Neste sentido, partindo da premissa de que a educação é uma chave de transformação social, em que, “se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (Freire, 2000), as instituições de nível superior necessitam regular-se perante aos casos de acessibilidade aos neurodivergentes.

A educação é um direito social, elencado na Carta Cidadã em seu artigo 6º (Brasil, 1988), que, por muito, tem que ser confirmado e reafirmado aos seus destinatários, para que



por estes seja consentido (Chauí, 1989). Ainda, nossa Constituição Federal, em seu artigo 205, inciso V (Brasil, 1988) fomenta o acesso à educação, em especial, a do grau superior. Tendo esta força social, acaba por ser o aresto das maiores preocupações que circundam as famílias: a educação de qualidade. O acesso de pessoas com transtorno do espectro autista ao nível superior vem conquistado aumento exponencial, tanto, por um lado, pelo aumento de diagnósticos, o que significa maior preocupação das famílias em um diagnóstico precoce, como pelo outro, pela eficácia dos tratamentos multiprofissionais, que tem garantido às pessoas com TEA, em sua maioria, uma vida funcional, com alcance de suas projeções pessoais.

De maneira a viabilizar uma educação inclusiva, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), promove como objetivos o desenvolvimento de ações afirmativas que possibilitem não apenas o acesso, mas também a permanência e participação das pessoas com deficiência na educação superior.

De grande relevância foi a promulgação da Lei 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que instituiu, em seu artigo 2.º, que o autismo é considerado deficiência (Brasil, 2012), trazendo, aos autistas o direito a um tratamento diferenciado que permitisse a equidade material, estatuinto, também, que é direito da pessoa com TEA o acesso à educação e ao ensino profissionalizante. No entanto, ao adentrar no ambiente universitário, estas ações afirmativas precisam estar presentes no cotidiano acadêmico, através das resoluções editadas pela universidade, bem como, através da postura de todo o corpo gestor e docente que garante a prestação do serviço de ensino, proporcionando sentimento de pertencimento e descolonizando o tradicionalismo arraigado a muitos cursos (Hooks, 2021).

Muitas são as dificuldades encontradas pelo universitário com transtorno do espectro autista, que transcende a questão dos relacionamentos com os demais colegas, sendo, portanto, desafios encontrados no meio físico, nas avaliações (ainda que dominem a matéria discutida), na falta de apoio adequado, a pressão exercida por resultados tabelados como sendo os necessários (Andrews; Fabri; Pukki, 2012).

Neste sentido, as normas editadas pelas Universidades precisam ser revistas sob a perspectiva de aplicação às pessoas com autismo, readaptando-se, se necessário for, ou inovando seu conteúdo, seja através da legislação, da criação de núcleos especializados, de maneira a permitir uma aprendizagem fluída e equânime, com rompimento de barreiras, alcançando, portanto, os objetivos elencados nas políticas nacionais voltadas à educação. Assim, a fim de realizar um estudo completo, mas não unicamente suficiente, sobre a temática,



esta revisão sistemática, além desta Introdução, contará com a descrição da sua forma metodológica, resultados e discussões e conclusão.

METODOLOGIA

A Revisão de literatura se faz necessária para delimitar os tópicos que importam na pesquisa que é feita, além de transmitir aos leitores que esta pesquisa é importante para o estudo do tema (Creswell, 2007). Assim, a revisão de literatura pode classificar-se à medida que se delimita o objetivo de cada pesquisa, no qual pautou-se o presente estudo na revisão sistemática, a qual utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema, fazendo, assim, um resumo das evidências. Para tanto, deve-se aplicar métodos de busca explícitos e sistematizados, apreciação crítica e síntese da informação selecionada (Sampaio e Mancini, 2007).

Na busca por entender como se encontram as pesquisas sobre o tema, esta revisão sistemática fundamentou-se em estudos basilares sobre esta metodologia, no qual, conforme Silveira, Córdova e Bueno (2009), a pesquisa que estiver bem organizada atingirá mais rapidamente os seus resultados. Desta forma, com as adaptações propostas pela professora orientadora Dra. Francisca Laudeci Martins Souza, seguimos a sistematização abaixo exposta.

A presente revisão sistemática consistiu na análise de três descritores referentes à construção da Dissertação de Mestrado do Programa de mestrado em Educação da Universidade Regional do Cariri, intitulada **PRECISAMOS FALAR SOBRE ALUNOS AUTISTAS: a (in)existência de estratégias para inclusão de alunos autistas na URCA**, estudo este que busca analisar as políticas de permanências elaboradas pela Universidade Regional do Cariri para os alunos autistas. Para isto, questiona-se qual a postura institucional que a Educação Superior tem tomado para permitir a permanência dos alunos com transtorno do espectro autista.

Utilizou-se, para o início deste desenvolvimento uma revisão sistemática de caráter qualitativo, em que foi verificado cada um dos descritores, de forma isolada, sendo estes: I) inclusão; II) autismo; III) educação superior, e, por fim, reuniram-se os três em apenas uma pesquisa.

Para tanto, a plataforma utilizada foi o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por orientação da orientadora da



dissertação, a Professora Dra. Marla Vieira Moreira de Oliveira, em que, para cada descritor ou na análise conjunta desta, limitou-se a analisar os artigos sobre o tema, revisados por pares, e com limite temporal de 2019 a 2023. Com os resultados das pesquisas, foram retirados os 50 (cinquenta) artigos mais relevantes, por acesso, de cada descritor, para uma análise das suas referências. Em conjunto, utilizou-se o software Rayyan, para a escolha dos trabalhos elegíveis. O software foi utilizado antes da atualização da base de dados da CAPES, a qual ocorreu em 04 de junho de 2024. Assim, em seu modelo anterior, permitia a exportação dos artigos no formato .ris, retomando-os, em integralidade, no software de apoio escolhido por esta pesquisadora.

Para o critério de exclusão, não corroboravam com a pesquisa artigos que tratassem do nível básico de educação (exceto se traçassem estratégias específicas para alunos com Transtorno do Especto Autista) e/ou que tratassem de alguma deficiência específica que não fosse o autismo e/ou que tratassem de deficiências físicas. Sendo critérios de inclusão os artigos que tratavam sobre educação superior e que tratassem sobre neurodivergências.

Como etapa inicial, utilizou-se no descritor “inclusão”, nos parâmetros informados. Na referida pesquisa, o resultado total foi de 9.887 (nove mil oitocentos e oitenta e sete) artigos que possuíam esta palavra. Destes, retiram-se os 50 primeiros destaques. Contudo, apenas 03 estudos se compatibilizaram com o objetivo desta revisão sistemática. Quanto ao descritor Autismo, pautando-se nos marcadores informados, o resultado total da pesquisa totalizou 1.260 estudos que contém a referida palavra. Dos 50 mais relevantes, apenas 01 traçou ligação com a pesquisa definida nesta revisão. Em relação ao descritor Educação Superior, fez-se o total de 10.426 artigos sobre o tema, separando, assim, os 50 mais relevantes. Dos 50 mais relevantes, apenas 01 estudo possui ligação com o tema abordado na presente pesquisa. Ao realizar a busca através dos três descritores unidos, nos marcadores utilizados nesta pesquisa, a plataforma apresentou apenas 10 artigos, dos quais 05 se integram à pesquisa aqui direcionada.

Assim, após a análise dos artigos que se vinculavam à pesquisa, na perspectiva de criar um referencial teórico, e de fortalecer o já existente, construiu-se um mapeamento dos Autores e Leis mais utilizados nas referências dos artigos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando da coleta no banco de dados da CAPES, conforme explicitado, foram utilizados os descritores “inclusão”, “autismo”, “educação superior”, e ao unir os três descritores, utilizou-



se o bolear and, ficando a pesquisa como “inclusão and educação superior and autismo”. De cada um destes, foram selecionados, por escolha política desta pesquisa, os 50 artigos mais relevantes.

Do descritor Inclusão, apenas 6% possui alguma ligação com a pesquisa, e, nos descritores Autismo e Educação Superior, apenas 2% correspondem. Já quando evolui-se a pesquisa para a coleta de dados dos três descritores juntos, não se chega, sequer, à 50 artigos, tendo como resultado apenas 10 artigos, dos quais, apenas 05 se interligam com a pesquisa, perfazendo o percentual de 41,66%. Assim, num universo de 162 artigos coletados, apenas 10 possuem relações com a pesquisa norteadora, o que corresponde a 6,17% do todo coletado, o que é um dado alarmante que justifica a pesquisa nesta seara.

Nesta esteira, Baptistas, et al (2022), constatam que alguns professores, ao serem entrevistados sobre educação inclusiva e desenho universal de aprendizagem, costumeiramente trocavam a palavra “inclusão” com “integração”.

Nos 03 artigos eleitos dentro do descritor Inclusão utilizou-se a entrevista como metodologia, sendo o público entrevistado professores que, durante a sua trajetória, tiveram contato com alunos com necessidades específicas para a aprendizagem. Inclusive, enviesando-se com a pergunta norteadora, Costas, et al(2022) no seu artigo, embora tragam uma visão geral sobre as deficiências, alertam que, na Instituição que foi locus de pesquisa, o Transtorno do Espectro Autista possui maior índice quando comparado com as demais deficiências existentes no Campus da Universidade Federal de Santa Maria. Nesta esteira, expressam a importância da formação docente para o caminho de aprendizagem.

Ainda, um aspecto levantado por Ávila, et al(2023), é que, além da formação docente ser aspecto que diferencia a qualidade da aprendizagem, a aplicação do Plano Educacional Individualizado e do Picture Exchange Communication é de suma importância para se estabelecer uma linha de comunicação entre o aluno e o professor em seu processo de formação. A proeminência da utilização do Plano Educacional Individualizado é reiterado por Silveira, et al (2023) e Sales e Viana (2020), em artigos eleitos através do cruzamento de todos os descritores. No primeiro, quando em estudo de caso, observam a evolução de uma aluna que, antes da aplicação do PEI, possuía um histórico de 4 reprovações e 7 cancelamentos de disciplinas, e, após aplicação, cancelou apenas uma disciplina, enquanto que no segundo, através de uma revisão de literatura, evidenciam tal afirmativa.



Essa busca pelo aperfeiçoamento das estratégias metodológicas é preocupação observada nas pesquisas coletadas, e encontra-se fortemente pautado no único artigo eleito do Descritor Autismo, em que Soares e Nunes (2020) informam que um dos fatores que efetivam a inclusão de pessoas com Transtorno do Espectro Autista é a formação docente.

Ora, bem se sabe que a democratização da educação é dispositivo legal, amplamente abordado nas legislações. Contudo, conforme referido acima, apenas a previsão legal não é suficiente, há a necessidade de se adotar meios que sejam capazes de provisionar a inclusão pretendida no ensino-aprendizagem na educação superior. (PEDOTT; SCOTT JÚNIOR, 2022).

Em etapa final da pesquisa, em análise dos artigos atinente à junção dos três descritores, Evêncio e Falcão (2022) trazem dados alarmantes, em que, dos 45.623.910 pessoas com deficiência no Brasil, conforme censo, apenas 6% estão matriculadas nas universidades (Brasil, 2019). E aqui se fala de matrículas, sem se adentrar no aspecto da permanência, o que, provavelmente, traria dados ainda mais preocupantes. Ainda, evidenciam que os docentes trazem mais o aspecto das suas experiências do que o reconhecimento em si do direito à inclusão.

Outro aspecto de relevância que deve ser analisado quanto aos alunos com Transtorno do Espectro Autista é quanto às barreiras linguísticas. Conforme já explicitado com a aplicação do Picture Exchange Communication, Silveira, et al(2020) afirmam a importância de uma ação fonoaudiológica, para fins de estabelecimento de comunicação.

Na análise realizada, observa-se a escassez das pesquisas quanto à inclusão de pessoas com autismo na universidade, o que é, inclusive, ratificado por Oliveira e Abreu (2019) em seu artigo, que foi eleito para análise desta pesquisa quando do cruzamento dos três descritores. Com a esmerada análise dos artigos selecionados, percebe-se fortemente a preocupação com a inclusão dos alunos deficientes, em destaque os alunos com transtorno do espectro autista, contudo, dos 10 artigos, apenas dois fizeram a pesquisa partindo do olhar do próprio aluno, sendo o restante voltado para a ótica docente.

Assim, após toda esta análise, verificou-se que nas pesquisas, algumas Leis e autores repetiam-se, o que denota uma relevância das suas obras para guiar pesquisas relacionadas à inclusão dos alunos com transtorno do espectro autista na Educação Superior. Desta feita, analisou-se, também, a quantidade de repetições dentro dos 10 artigos selecionados, e quais as obras que se fizeram menção. Assim, chegou-se à conclusão de que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) (Brasil, 2015) é citada em 09



artigos, seguido pelos estudos realizados pela Universidade Federal de Santa Maria (2016;2021), com 05 repetições, na mesma quantidade de citações. O Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (APA, 2013) possui repetição em metade dos artigos selecionados, demonstrando, assim, grande relevância nos estudos sobre a temática.

Em destaque com 04 repetições, as citações feitas referenciando Tannús- Valadão (2010,2018) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). E com 03 repetições, tem-se a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) e Laurence Bardin (1991).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão é tema que gera preocupação quando instalada dentro da seara da educação. Garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem é regra precípua entre os educadores. Neste sentido, embora a legislação garanta isonomia e políticas de ingresso e permanência, as instituições devem elaborar estratégias para que os alunos com deficiência permaneçam e tenham uma aprendizagem que alcance os fins da educação.

Conforme elencado, a porcentagem de estudantes deficientes matriculados na educação superior é alarmante, o que chama atenção para a temática. Não diferente se faz com os alunos autistas que, perante a lei, são considerados pessoas com deficiência, devendo, assim, serem abarcados por políticas educacionais que proporcionem a sua permanência na educação superior. Ainda, observa-se que a grande maioria das pesquisas analisadas partem da ótica docente, quando esta tem contato com alunos deficientes, em destaque aos autistas, sendo, assim, minoria, os estudos que partem do olhar do aluno autista, sendo este o alvo de aplicabilidade das estratégias aplicadas dentro das instituições.

Assim, destacam-se como estratégias a formação docente, a utilização do Plano Educacional Individualizado e do Picture Exchange Communication e o acompanhamento fonoaudiológico para os alunos com barreiras de linguagem.

Justifica-se, desta forma, a pesquisa proposta no Programa de Mestrado Profissional em Educação através da Universidade Regional do Cariri, primeiramente em virtude de que, dos 162 artigos relacionados, apenas 10 apresentaram viés que pode contribuir com a construção do estudo apontado. Ainda, destes 10, apenas 02 analisam a aplicação das estratégias educacionais pela ótica do aluno, que é público-alvo destas normativas.

Por fim, acredita-se que a presente pesquisa é replicável, podendo ser refeita a qualquer tempo, para fins de atualização e aperfeiçoamento. Ademais, a criação da tabela com as legislações e autores mais citados busca somar na sistematização das referências sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A. L. Conhecendo a deficiência em companhia de Hércules. São Paulo: Robe Editorial; 1995.

Ávila, F. M. de, Furcin, H. C., & Zanon, R. B. (2023). INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM AUTISMO. *Imagens Da Educação*, 13(2), 67-84.

<https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v13i2.64686>. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ImagensEduc/article/view/64686>. Acesso em 30 de maio de 2024.

BAPTISTA, R.; FERREIRA, M. E.; COSTEIRA, J.; MARTINS, M. H. Abrindo portas para a inclusão: percepções sobre educação inclusiva e desenho universal para a aprendizagem.

Revista Docência do Ensino Superior, Belo Horizonte, v. 12, p. 1–24, 2022. DOI:

10.35699/2237-5864.2022.39486. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/39486>. Acesso em: 30 de maio de 2024.

BRASIL. Censo da Educação Superior 2019: Notas estatísticas, Brasília, DF: INEP, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Decreto 3298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 23 de junho de 2024.

BRASIL, Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Legislação, Brasília, DF, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 de julho de 2023.

BRASIL, Lei 12.764, de 21 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, 2012. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em 08 de julho de 2023.

BRASIL, Lei 13146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Legislação, Brasília, DF, 2015.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 de julho de 2023.



BUSCAGLIA, Leo F. Os deficientes e seus pais: um desafio ao aconselhamento. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CAMPBELL, Fiona. Refusing Able(ness): A preliminary conversation about ableism. *M/C Journal*, vol. 11, n.º3, 2008. Disponível em: <https://journal.media-culture.org.au/index.php/mcjournal/article/view/46>. Acesso em: 29 de julho de 2023.

CHAUÍ, Marilena. Direitos humanos e medo. In: FESTER, A. C. R. (org.) *Direitos humanos e...* São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTAS, Fabiane Adela Tonetto; BREITENBACH, Fabiane Vanessa; CASTRO. Acessibilidade e inclusão: estratégias de educação inclusiva da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v.17, n. 4, p. 2857-2879, ou./dez. 2022. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v17i4.174402858>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17440>. Acesso em 30 de maio de 2024.

CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto; tradução Luciana de Oliveira da Rocha.- 2. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2007.

EVÊNCIO, K. M. de M.; FALCÃO, G. M. B. Inclusão de acadêmicos com deficiência na educação superior: Uma revisão bibliográfica na perspectiva da teoria histórico-cultural. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 17, n. 3, p. 1610–1623, 2022. DOI: 10.21723/riace.v17i3.16053. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16053>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FABRI, Mark; ANDREWS, C.S. Penny; PUKKIS, Heta K. Práticas recomendadas para diretores e professores catedráticos de Instituições de Ensino Superior. 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.

HOOKS, Bell. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. São Paulo: Elefante, 2021

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008

OLIVEIRA, A. F. T.M.; ABREU, T.F.; A percepção do aluno com transtorno do espectro autista sobre o processo de inclusão na universidade federal de Goiás (UFG). *Revista diálogos e perspectivas em Educação Especial*, v.6, n. 2, p. 69-86, jul.-dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/dialogoseperspectivas/article/view/8897>. Acesso em: 30 de maio de 2024.

OMOTE, Sadao (org.). *Inclusão: intenção e realidade*. São Paulo: Marília, 2004.

ORRÚ, S. E; SILVA, V. A escola e a maré iatrogênica do diagnóstico junto a estudantes com autismo. *Ensino em Revista*, Uberlândia, v.22, n.01, jan/jun de 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/30725>. Acesso em 24 de julho de 2023

PEDOTT, Nathércia; SCOTT JUNIOR, Valmôr Scott. Democratização da educação superior na legislação: educação à distância e acessibilidade às pessoas com deficiência. Revista Eletrônica Direito e Sociedade. DOI: <http://dx.doi.org/10.18316/REDES.v10i2.6818>. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/6818>. Acesso em 30 de maio de 2024.

SALES, J. F.; VIANA, T. V. A inclusão de autistas no ensino superior: direito, acessibilidade e avaliação. REVISTA INTERSABERES, [S. l.], v. 15, n. 35, 2020. DOI: 10.22169/revint.v15i35.1868. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1868>. Acesso em: 30 de maio de 2024.

SAMPAIO, R.F.; MANCININI, M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos, v. 11, n.1, p. 83-89, jan/fev. 2007.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto; BUENO, Andre Luis Machado. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo; (coord.) pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Métodos de pesquisa. - Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVEIRA, P.T; DONIDA, L.O.; SANTANA, A.P. Inclusão e permanência de universitários com diagnóstico de transtorno do espectro autista: discussões acerca de barreiras linguísticas. Avaliação, Campinas; Sococaba, SP, v. 25, n. 03, p. 659-675, nov. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/TH57DrKJHRCHqksd3SJfDLD/#>. Acesso em 30 de maio de 2023

SILVEIRA, V.G.; ROSA, B.R.; BENITEZ, P.; TANNÚS-VALADÃO, G.. Planejamento educacional individualizado de estudante com autismo na universidade. Revista Psicologia Escolar e Educacional, 2023, v.27. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/3CB76smsrNFXjLTXVYQx84F/?lang=pt>. Acesso em 30 de maio de 2024.

SOARES, Francisca Maria Gomes Cabral; NUNES, Leila Regina d' Oliveira de Paula. AUTISMO: ASPECTOS PEDAGÓGICOS E SOCIAIS. ETD - Educ. Temat. Digit., Campinas, v. 22, n. 1, p. 3-9, jan. 2020. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-25922020000100003&lng=pt&nrm=iso. acessos em 30 de maio de 2024.

VOLKMAR, F; WIESNER, L. Autismo:um guia para a compreensão e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2019